

Quem pode com as corporações?: sobre o caráter incontrolável do grande capital*

João Leonardo Gomes Medeiros**

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (1995), Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense (1998) e Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Atualmente, é Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense

Resumo

As corporações apresentam-se, atualmente, como instituições que penetram em quase todos os momentos da vivência cotidiana: a saúde, a educação, o provimento de serviços sociais diversos, a alimentação, os esportes, a cultura, etc. são todos, hoje, domínios da vida social cobertos pelas corporações. O artigo pretende defender a tese de que essas instituições onipresentes são dotadas de uma natureza socialmente incontrolável. Como objetivações do trabalho humano sob a forma de capital concentrado e centralizado, as corporações não são passíveis de serem conduzidas a qualquer direção que conflite com a sua dinâmica própria de autoexpansão contínua. Daí, os sucessivos fracassos das tentativas de estabelecer limites à sua atuação: primeiro pelo Estado, depois pelas organizações internacionais e, agora, por seus próprios acionistas e administradores.

Palavras-chave

Corporações; capitalismo contemporâneo; mazelas socioambientais; gerenciamento político-administrativo.

* Artigo recebido em dez. 2010 e aceito para publicação em nov. 2011.
Revisora de Língua Portuguesa: Valesca Casa Nova Nonnig.

** E-mail: jlgmedeiros@uol.com.br

Abstract

Corporations are institutions that pervade almost all stances of current daily life: healthcare, education, various social services, food, sports, culture etc. are today domains of social life covered by corporations. The main thesis of the present paper is that these omnipresent institutions are endowed with a socially uncontrollable nature. As objectifications of human labour on the form of concentrated and centralised capital, corporations are not liable to be conducted on a direction that conflicts with its own dynamics of continuous self-expansion. This explains the successive failures of the attempts to establish limits to its operations: first by means of state controls, then by international organisations and now by their own shareholders and CEOs.

Key words

Corporations; contemporary capitalism; socio-environmental problems; political-administrative management.

Classificação JEL: P17, O10, F5, F02, F01.

“É esta a geração daquele grande Leviatã, daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa.”

Thomas Hobbes

Introdução

Poucos meses antes de as atenções mundiais se concentrarem nas torres gêmeas do World Trade Centre e daí se deslocarem rapidamente para o Afeganistão, para o Iraque e para os demais focos do que, na concepção da ultradireita norte-americana, seria a principal ameaça (terrorista) à civilização humana, os holofotes iluminavam protestos. Protestos nas ruas dos EUA, da França, da Bolívia, do Brasil, da Índia, da Tailândia e de quase todos os países do mundo, conformando um movimento que, em poucos meses, se integrou à escala mundial sob a designação “antiglobalização”. O marxista Alex Callinicos (2003), por

exemplo, refere-se aos protestos como um “evento não agendado”, que teria recolocado, na ordem do dia, a autêntica crítica social, sufocada no último quarto de século pela “moda pós-modernista” (Callinicos, 2003, p. 11) Num campo ideológico diametralmente oposto, mas também engajada na luta antiglobalização, estava a jovem acadêmica inglesa Noreena Hertz, para quem os acontecimentos do princípio do século XXI estavam institucionalizando os protestos como “forma de expressão aceitáveis” (Hertz, 2002, p. 155).

Fiquemos com Noreena Hertz, um notável exemplo de sinceridade de propósitos. Em seu impactante livro de estréia, **The Silent Takeover** (Hertz, 2002), a autora confidencia que sua recente adesão aos protestos se motivou, em boa medida, pela decepção com os rumos tomados pela configuração atual do capitalismo. Configuração esta para a qual ela contribuiu pessoalmente para sua consolidação, quando desembarcou, com apenas 23 anos, “[...] em Leningrado, para instalar a primeira bolsa de valores da Rússia” pós-comunista, como uma “caixeira-viajante com capitalismo na maleta” (Hertz, 2002, p. 15, tradução nossa). Embora, por razões não muito evidentes, empregue a primeira pessoa do plural, Hertz deixa escapar um visível arrependimento com a precoce associação com o grande capital, ao redigir o seguinte desabafo: “Se nós não fizermos nada, se não desafiarmos a silenciosa tomada de poder [*takeover*], se não questionarmos nosso sistema de crenças e não admitirmos a nossa culpa na criação dessa ‘nova ordem mundial’, tudo está perdido” (Hertz, 2002, p. 15, tradução nossa).

Longe de ser uma militante histórica, acostumada com o tipo de contestação vociferada pelo movimento “antiglobalização”, a autora é perspicaz o bastante para captar que, no centro dos protestos, como imã da insatisfação generalizada, estão as corporações¹. Não apenas as corporações, é claro, mas também as organizações universalmente reconhecidas como representantes institucionais de seus interesses: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o grupo dos oito países mais poderosos do mundo (G8) e a própria Organização das Nações Unidas (ONU), além dos governos de direita e da “nova esquerda” mundo afora. Daí o título e o tema central do livro, que retrata a maneira como o mundo teria sido inteiramente dominado pelos interesses das grandes

¹ Por corporações, entendam-se as grandes empresas, do setor produtivo, financeiro ou de ambos, privadas ou estatais, que hoje definem e implementam sua estratégia de atuação no plano internacional. Incluem as diferentes modalidades de empresas multinacionais (que atuam internacionalmente por intermédio de empresas dotadas de relativa autonomia operacional, as **filiais**) e transnacionais (cujos setores operacionais são dispersos internacionalmente, embora as decisões estratégicas sejam concentradas na “sede da empresa”).

corporações, para os quais estariam servindo, de modo subserviente, governos, organizações internacionais, organizações não governamentais (ONGs) e mesmo as religiões. O *takeover* silencioso, portanto, representaria exatamente a conquista do poder (político) pelas corporações.

O curioso na intervenção de Hertz é que, ao contrário das análises de Callinicos e de tantos outros, a sua veemente crítica a todas as instituições que configuram a estrutura da sociedade contemporânea não faz parte de uma objeção geral ao capitalismo. A própria autora apressa-se em advertir, na introdução de seu manifesto, que o seu “[...] argumento não pretende ser anticapitalista”, pelo simples fato de que, em seu juízo, o capitalismo “[...] é, claramente [sic], o melhor sistema para gerar riqueza, e o livre comércio e o mercado de capitais abertos trouxeram um crescimento econômico sem precedentes [sic] para a maior parte, senão totalidade, do mundo” (Hertz, 2002, p. 13, tradução nossa) Isso significa, naturalmente, que Hertz deposita suas esperanças na possibilidade de destronar as corporações do lugar central em que elas se encontram na estrutura do capitalismo contemporâneo, **sem minar os alicerces do sistema.**

Para levar adiante seu projeto, a autora contaria com a pressão popular, cuja força seria precisamente demonstrada nos protestos em que ela se engajou diretamente. Sob a ameaça de boicotes e de propaganda danosa à imagem (atributo usualmente celebrado como decisivo na formação do valor das empresas hoje em dia), à mercê da cobrança explícita de milhares, milhões, de descontentes, as corporações cederiam. Caso não o fizessem, a mesma pressão popular obrigaria os Estados e as organizações internacionais a imporem sanções legais que não lhes deixariam qualquer opção senão o recuo, a cessão resignada. Dessa forma, finalmente, seria possível retomar o controle do mundo que as corporações, pouco a pouco, usurparam no último século e meio (Hertz, 2002, p. 260).

Este artigo pretende demonstrar que interpretações como as de Noreena Hertz padecem basicamente (mas não unicamente) de dois os problemas. Primeiro, tais análises partem da premissa equivocada de que, em algum momento da história do capitalismo, “nós”, ou alguém (talvez “eles”, seja lá quem “eles” forem), estivemos (ou estiveram) “no controle”. O erro de tal postulado deve-se a um motivo muito simples: o que se pretende controlar, ou se crê que alguém controla ou controlou (a dinâmica do capital), não está sujeito ao controle.² Sendo uma objetividade social incontrolável por sua própria natureza, o capital não pode ser posto sob rédeas, sem que o princípio vital de sua existência — a ampliação contínua

² A tese da “incontrolabilidade” do capital é tão enfatizada por Mészáros (2002) que muitos a associam ao trabalho do autor. Não é difícil demonstrar, e o próprio Mészáros deixa isso explícito, que o caráter incontrolável do capital é demonstrado por Marx (1998) em **O Capital** e em outros textos.

e irrefreada da riqueza social apropriada privadamente — seja seriamente ameaçado.

Segundo, e tão ou ainda mais importante, presume-se que seja possível alterar radicalmente as estruturas sociais que conformam o capitalismo contemporâneo, sem pôr em xeque a existência da sociedade erguida sobre essas mesmas estruturas. Fica, evidentemente, subentendido, nesse caso, que o capitalismo atual pode subsistir sem algumas de suas características mais proeminentes: oligopólios transnacionais com poder econômico suficiente para submeter países inteiros, mesmo os mais poderosos, à chantagem da “migração do capital”; Estados com enorme participação na vida social (por exemplo, no campo militar), mas com papel relativamente reduzido na produção, na distribuição e mesmo na regulação da produção e da distribuição da riqueza social; organizações internacionais operando em simbiose perfeita com o grande capital.

Em síntese, o artigo pretende demonstrar que Callinicos tem razão em afirmar que, embora muitos dos participantes dos protestos não acreditem ser “[...] possível ou mesmo desejável substituir o capitalismo” por outra forma social, ainda assim, o movimento de insatisfação generalizada contra o atual estado de coisas fica mais bem caracterizado como **anticapitalista**. Isto porque a própria prática desse movimento ensinaria aos seus militantes que o capitalismo se assenta numa dinâmica cujo eixo central é, em geral, alheio ao controle consciente. De modo que a eliminação do capitalismo é a única maneira sustentável de submeter a produção de riqueza aos anseios universais por uma sociedade mais justa e ecologicamente saudável.

O argumento está, então, definido. Três seções sucedem-se para sustentá-lo. A primeira procura demonstrar que o caráter incontrolável do capital se apresenta desde sua gênese, sob a forma de crises sistêmicas e mazelas sociais. A segunda seção trata do período em que o capital, já representado por grandes corporações, supostamente teria sido posto sob rédeas. Como se perceberá no título da seção, a própria idéia de que o Estado tenha “regulado” o capitalismo nesse período é posta em questão. Em seguida, finalmente, as atenções concentram-se na realidade sistêmica atual, na qual as grandes corporações são não apenas onipresentes, mas também onipotentes, já que dispensam a regulação estatal (mas não os fundos públicos). Uma seção conclusiva fecha o artigo, defendendo abertamente a perspectiva de que a única forma de superar a incontrolabilidade do capital é eliminando a sociedade que lhe é correspondente.

Crises e mazelas sociais: indícios de primeira hora do caráter incontrolável do capital

Não há qualquer exagero na caracterização das corporações como as instituições sociais mais importantes na determinação dos rumos da vivência social contemporânea. Para atestá-la, bastam algumas poucas estatísticas, como as recolhidas por Hertz, para empregar a mesma referência da **Introdução**:

[...] [as] 100 maiores corporações multinacionais controlam, atualmente, vinte por cento dos ativos estrangeiros globais; cinquenta e uma das cem maiores economias do mundo são corporações e somente quarenta e nove Estados nacionais. As vendas da General Motors e da Ford são maiores do que o PNB de toda a África Subsaariana; os ativos da IBM, BP e General Electric superam a capacidade econômica da maioria das pequenas nações; e o Wal-Mart, o supermercado varejista norte-americano, tem receitas maiores do que a maioria dos Estados da Europa Central e Oriental, incluindo a Polônia, a República Checa, a Ucrânia, a Hungria, a Romênia e a Eslováquia (Hertz, 2002, p. 8, tradução nossa).

Não há, igualmente, qualquer exagero no reconhecimento de que essas instituições, a despeito de sua relevância social — ou, talvez, exatamente por sua relevância social —, são formações sociais de natureza intrinsecamente contraditória. E também não é difícil demonstrá-lo. Tomemos, por exemplo, o gigante Wal-Mart. O fantástico poderio econômico da empresa, mencionado na passagem acima, é suficiente para colocar três integrantes da família Walton entre as 25 pessoas mais ricas do mundo.³ Nem a riqueza acumulada por seus proprietários, nem o patrimônio corporativo, e muito menos o volume de doações (filantrópicas) que a própria Wal-Mart informa em seu *site* (<www.walmartfacts.com>), é capaz de eliminar a prática corporativa de pagamento de salários extremamente baixos, próximos do nível de subsistência.

Já em 1988, o senador norte-americano Jay Bradford acusou o Wal-Mart de pagar tão pouco a seus empregados que estes estavam sobrecarregando o Estado de Bem-Estar com pedidos por assistência e cupons de comida. Embora Bradford não tenha conseguido provar seu argumento, porque a Justiça lhe impediu o acesso à folha de pagamentos da empresa, parece que sua acusação fazia sentido, como se pode perceber pelos inúmeros relatos (atuais) contidos no *website* especialmente

³ Na lista de bilionários da revista **Forbes** publicada em 2011, a soma pessoal da família Wal alcança 90 bilhões de dólares, conforme Forbes (2011).

criado para divulgar protestos contra a empresa: <www.wakeupwalmart.com/workers>. A ex-estoquista Dana Raizer, para citar um desses relatos, confessou-se “frustrada pelos baixos salários, pelo preço extorsivo do plano de saúde da empresa [que era ‘oferecido’ aos funcionários] e pelo ambiente hostil, antitrabalhador, da loja em que trabalhava”. No mesmo tom, está a descrição estarrecedora das condições de trabalho e remuneração praticadas pelo Wal-Mart que nos é oferecida pela corajosa jornalista norte-americana Barbara Ehrenreich. Ehrenreich afastou-se, por um ano, das redações, para vivenciar o dia a dia dos trabalhadores pobres norte-americanos. Dentre outras experiências, trabalhou por um período numa Wal-Mart de Minnesota e constatou, na própria pele, a política pouco caridosa de recursos “humanos” da empresa⁴ (Ehrenreich, 2001, p. 121).

Atitudes social e ecologicamente hostis de grandes corporações como o Wal-Mart são tão frequentes hoje em dia que se cunhou, inclusive, uma expressão para designá-las: “crimes corporativos”. Há, também, uma linha editorial e uma filmografia especializadas em denúncias, sempre cuidadosas e bem fundamentadas, embora, por vezes, defensivamente não conclusivas, desses alegados crimes, que incluem desde superexploração do trabalho, inclusive infantil, desmatamento, desrespeito às legislações trabalhista e ambiental até possíveis assassinatos em massa.⁵ São, portanto, numerosas e variadas as denúncias contra gigantes mundiais como a Monsanto, a Nike, a Shell, o McDonalds, a Microsoft, dentre outras corporações, usualmente ignoradas nos bem-acabados “relatórios de sustentabilidade” que as empresas publicam anualmente.

Ao se compararem as práticas das corporações, ou o efeito facilmente perceptível e ameaçador de sua atuação sobre os assim chamados recursos humanos e naturais, com os textos de seus relatórios e as intenções declaradas de seus administradores e proprietários, fica patente, para dizer o mínimo, uma contradição. Para muitos, a contradição resulta da pura e simples má fé das empresas, uma vez que os relatórios de sustentabilidade, balanços sociais e mesmo as práticas filantrópicas seriam meros instrumentos publicitários destinados a desviar a atenção do

⁴ Mais denúncias, fundamentadas, sobre o Wal-Mart podem ser encontradas em Ortega (1999) e Palast (2004, p. 221-226).

⁵ O Jornalista Greg Palast (2004), no livro com o sugestivo título **A Melhor Democracia que o Dinheiro Pode Comprar**, lista uma série de crimes corporativos. Os crimes relatados incluem o possível uso de trabalho escravo na China por subcontratados da Wal-Mart. Sobre a convivência da vida corporativa com as novas formas de escravidão, ver Bales (1999). Sobre outros crimes corporativos, ver Moore (2003). No que diz respeito à filmografia “anticorporativa”, podem-se mencionar **Roger&Me** ou **Capitalismo, uma História de Amor**, do próprio Michael Moore, **Supersize Me**, de Morgan Spurlock e, principalmente, o extraordinário **The Corporation**, de Mark Achbar, Jennifer Abbott e Joel Bakan.

verdadeiro propósito das empresas, a saber, a ampliação dos lucros a qualquer custo (na realidade, ao mínimo custo). Embora não se recuse por completo esse entendimento da natureza contraditória das corporações, parece mais prudente observar o problema como indício do que é a característica mais marcante dessas onipresentes e ultrapotentes instituições: o seu caráter efetivamente incontrolável.

Considerando o porte mesmo das corporações, sua influência em nossa vida cotidiana e a sua capacidade potencial de arrasar o planeta, seja do ponto de vista social, seja do natural, constatar a sua incontrolabilidade é realmente assustador. Mas é fundamental e particularmente importante tratar dessa incontrolabilidade, porque ela tem manifestado, nas últimas décadas, um caráter que não é novo, mas que é cada vez mais importante: o fato de que nem seus donos nem os administradores profissionais a seu serviço conseguem pô-las sob rédeas.

Antes de tratar especificamente da forma como se apresenta atualmente o caráter incontrolável das grandes corporações, é preciso recordar por um momento que essas corporações são a forma manifesta do capital (concentrado e centralizado), que nada mais é do que riqueza social (sob propriedade particular) dotada de um mecanismo imanente de autoexpansão contínua. Já no século XIX, Marx constatou essa natureza incontrolável e potencialmente danosa da dinâmica do capital, que hoje podemos observar diretamente, mediante a inspeção dos efeitos das práticas corporativas (Marx, 1998, p. 311-312). No tempo de Marx, contudo, as corporações ainda não possuíam nem o porte nem a atual penetração na vida social, ainda não haviam tomado todos os cantos do planeta e todas as esferas sociais. Naquela época, a produção capitalista estava em seu processo final de instalação e início da expansão mundo afora, sendo as marcas da sociedade decadente, feudal, ainda visíveis em diversos momentos da vida social. Um dos méritos da obra do autor consiste, precisamente, em perceber tendências estruturais do novo modo de produção a partir do exame de suas primeiras formas aparentes. Formas estas que demonstravam, como traços do comportamento sistêmico, mazelas sociais de toda espécie e uma exposição recorrente a crises, de impacto cada vez mais agudo.

De fato, observando a fase final do processo de instalação do capital, a Revolução Industrial, salta aos olhos a sua natureza dúplice e contraditória, que já era uma expressão direta do caráter incontrolável da dinâmica produtiva lentamente desencadeada nos séculos anteriores. Para cada fenômeno ou processo objetivado, pode-se indicar, sem maiores dificuldades, uma ocorrência de sentido dialeticamente oposto, de maneira que não surpreende o fato de haver duas, e não uma, histórias do período. A “primeira história”, de sucesso incontestado e progresso fantástico, é celebrada, muitíssimas vezes, como a **única** realmente existente. Seus

temas são a revolução científica, o aumento da produção e da produtividade, as novas tecnologias e idéias, a redução das distâncias do mundo, a consolidação da democracia moderna, a abolição de privilégios nobiliários, etc.

A “segunda história”, por sua vez, ocupa-se dos subterrâneos da “primeira” e, embora seja intimamente relacionada ao **progresso**, boa parte dela talvez estivesse hoje sendo considerada literatura, não fossem os valorosos esforços para registrá-la *in actu* oficialmente. Se esses registros são o bastante para impedir a conversão da “segunda história” em literatura, eles não conseguem, entretanto, evitar o seu rebaixamento a um plano analítico secundário. Na maioria das interpretações, a “segunda história” fica reduzida a um mero epifenômeno da “primeira”, fato que talvez se relacione à natureza pouquíssimo gloriosa dos fenômenos abordados: o aumento intensivo e extensivo da jornada de trabalho, a incorporação de mulheres e crianças à força de trabalho industrial, a expulsão dos trabalhadores das terras onde viviam e trabalhavam, a precarização das condições de trabalho, a degradação do ambiente urbano e da vida doméstica, as crises que arrasavam famílias e regiões inteiras, etc.⁶

Tome-se aqui o relato do renomado historiador inglês Eric Hobsbawm, que se julga caracterizar corretamente o problema. Embora reconheça o caráter predominantemente progressista das transformações em curso, Hobsbawm não se furta a indicar o papel decisivo desempenhado pela degradação das condições de vida da classe trabalhadora e da população em geral. Em outras palavras, o autor admite, em seu registro, o caráter trágico da transformação da agricultura inglesa em capitalista, sem negar, todavia, o seu conteúdo geral progressista. Em suas palavras:

Em termos da produtividade econômica, esta transformação social foi um imenso sucesso; em termos de sofrimento humano, uma tragédia, aprofundada pela depressão agrícola depois de 1815, que reduziu os camponeses pobres a uma massa destituída e desmoralizada. Depois de 1800, até mesmo um campeão tão entusiasmado do progresso agrícola e do “movimento das cercas” como Arthur Young ficou abalado com seus efeitos sociais. Mas do ponto de vista da industrialização, esses efeitos também eram desejáveis; pois uma economia industrial necessita de mão-de-obra, e de onde mais poderia vir esta mão-de-obra senão do antigo setor não industrial? (Hobsbawm, 1994, p. 66).

Em síntese, a história (sem aspas ou qualificativos) do século posterior à Revolução Francesa pode e deve ser caracterizada a partir do mais fundamental processo então em curso: **a consolidação das relações de**

⁶ Os **Relatórios da Saúde Pública** produzidos, no século XIX, na Inglaterra, por médicos-inspetores e citados extensamente por Marx (1998) em **O Capital** são os registros mais diretos das condições sociais da classe trabalhadora na primeira metade do século XIX.

produção capitalistas. O capital, que há muito circulava em suas formas originárias (comercial e usurária), concluiu a colonização da esfera produtiva, necessária para romper as amarras herdadas de modos de produção incompatíveis com a sua dinâmica imanente de autoexpansão infinita. Com isso, foram liberadas as tendências gerais que, a despeito de suas formas particulares de manifestação, continuam a caracterizar o capitalismo até os dias de hoje. Nas leis tendenciais reveladas por Marx, encontra-se a explicação para a natureza contraditória dessa produção assentada na acumulação de capital e, em particular, para a impossibilidade de submetê-la a qualquer tipo de gerenciamento social que se oponha sistematicamente à operação de suas principais tendências — dentre as quais, encontram-se a tendência à queda da taxa de lucros e a lei geral da acumulação capitalista.⁷

No decorrer do século XIX, as tendências que respondem pela natureza incontrolável do capital manifestaram-se diretamente, demandando aos ideólogos da classe dominante uma interpretação.⁸ Ao final do século, não seria, de fato, possível ficar impassível diante dos problemas sociais decorrentes da aceleração do impulso da acumulação capitalista. Afinal de contas, os efeitos colaterais do progresso capitalista não se limitavam mais à persistência da pobreza em massa e ao visível aprofundamento da desigualdade social. Mesmo os observadores mais alinhados aos interesses do capital revelavam certo desconforto com os solavancos cada vez mais intensos e frequentes do sistema, que criavam uma sensação de instabilidade permanente.

Por um lado, as flutuações periódicas da acumulação lançavam dúvidas, ao menos momentaneamente, sobre a possibilidade de manutenção do padrão de vida confortável exigido pelas classes médias e dominantes. Por outro lado, a crescente organização da classe trabalhadora (decorrente, dentre outras coisas, das próprias flutuações da acumulação) parecia representar uma ameaça concreta à reprodução do *status quo*, que nem mesmo o massacre da Comuna de Paris foi capaz de eliminar. Quem sabe — temia a burguesia e torcia uma parcela cada vez mais ampla do proletariado — uma futura crise não fosse intensa o suficiente para abrir

⁷ Vale a pena recordar a descrição de Marx da lei geral da acumulação capitalista: “A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”. (Marx, 1998, p. 748).

⁸ Sobre o diagnóstico burguês das mazelas sociais, ver Duayer e Medeiros (2003) e Marx (1994).

caminho à revolução comunista? Os temores e esperanças de que o sistema capitalista pudesse ruir por suas deficiências imanentes foi reforçado pela longa depressão da atividade produtiva ocorrida entre os anos de 1873 e 1896. A atmosfera da década de 70 do século XIX é descrita por Hobsbawm na seguinte passagem:

Por volta dos anos 1870, o progresso do mundo burguês chegara a um ponto em que vozes mais céticas, ou mesmo mais pessimistas, começaram a ser ouvidas. E elas eram reforçadas pela situação em que o mundo se encontrava nos anos 1870, e que poucos haviam previsto. Os alicerces econômicos da civilização que avançava foram abalados por tremores. Após uma geração de expansão sem precedentes, a economia mundial estava em crise (Hobsbawm, 2002, p. 56).

A respeito da grande depressão iniciada em 1873, faz-se preciso esclarecer que ela consistiu, essencialmente, num caso de queda abrupta da lucratividade da atividade produtiva, ocasionada, segundo diversos comentadores, pelo acirramento da concorrência nas décadas imediatamente anteriores (Arrighi, 1996, p. 168).

Essa é, sem sombra de dúvidas, uma hipótese bastante pertinente, tendo em vista o fato de que a economia britânica em particular e a economia européia em geral continuaram a crescer a taxas relativamente elevadas no período como um todo. Aliás, não é por outra razão que diversos autores consideram a depressão de 1873-96 como nada mais do que um mito, uma sensação infundada. Na realidade, para enfatizar, a depressão relacionava-se à queda sensível da lucratividade da produção capitalista ocorrida no final do século XIX, que se manifestou sob a forma de uma brutal e generalizada deflação. Segundo Arrighi (1996, p. 176):

No último quarto do século XIX, a competição selvagem de preços realmente reduzira os lucros a níveis "irracionalmente" baixos, e o otimismo dera lugar à incerteza e a um sentimento de agonia. É nesse sentido que a Grande Depressão de 1873-96 não constitui um mito. Como disse Eric Hobsbawm, "se 'depressão' indica um estado mental generalizado — e, para as gerações a partir de 1850, novo — de inquietação e desânimo ante as perspectivas da economia britânica, a palavra é exata".

Muito possivelmente, as grandes corporações começaram a adquirir sua forma atual nessa conjuntura de crise deflacionária do final do século XIX e exatamente como resposta à queda da lucratividade que acirrava a concorrência capitalista, despertando a atenção de seus ideólogos para a necessidade de uma regulação sistêmica. São muitos os que consideram, por exemplo, a assim chamada revolução marginalista da Economia do final do século como uma tomada de consciência da impossibilidade de submeter a acumulação de capital a qualquer tipo de gerenciamento social que realmente impeça alguma das consequências inevitáveis, mas

indesejáveis, de sua operação (como as próprias crises e as “mazelas” sociais). Indo direto ao ponto, Mészáros (2002, p. 141) observa que,

[...] [a]pesar das palavras tranqüilizadoras de Adam Smith sobre o controle benevolente da ordem capitalista pela “mão invisível”, esta não conseguiu manter-se à altura das expectativas. Crises de gravidade crescente tornaram-se um aspecto inegável do “sistema de perfeita liberdade e justiça natural”, compelindo seus defensores a oferecer alguma espécie de explicação que também sugerisse um remédio.

Os remédios prescritos pela ciência econômica, no entanto, não tinham o propósito de eliminar exatamente a causa das doenças — a dinâmica do capital —, mas, sim, de evitar a morte do sistema. Por essa razão, a manifestação aberta da incontrolabilidade do capital manteve-se relativamente inabalada até que, em 1929, a realidade reagiu de forma direta contra as primeiras tentativas de domar a acumulação de capital. Os representantes do capital — que, acuados pela própria crise e pelo avanço do “comunismo”, finalmente, admitiram uma conciliação com os setores menos radicais da classe trabalhadora — não tardaram a propor novas tentativas. Essas novas tentativas são tratadas na seção seguinte.

O Estado e as corporações nos “anos dourados” do capitalismo: afinal de contas, quem controlava quem?

Desde o final do século XIX, e principalmente durante o século XX, assistimos às corporações ampliarem, com incrível velocidade, tanto sua dimensão quanto sua participação intensiva e extensiva na vida social. Perceba-se que hoje a saúde, a educação, o provimento de serviços sociais diversos, a alimentação, os esportes, a cultura, etc. são todos domínios da vida social cobertos pelas corporações. Com essa ampliação horizontal e vertical da influência das corporações na dinâmica social, as características tendenciais do modo de produção, que antes se apresentavam diretamente como expressões fenomênicas do *modus operandis* do sistema, passaram, cada vez mais, a manifestar-se com a mediação das corporações. Isto é, como se fossem ações teleológicas dos gigantes corporativos.

O resultado desse processo é que o caráter incontrolável do capital se confundiu objetivamente com o caráter incontrolável das corporações, de que trata especificamente este artigo. Acontece que, em cerca de metade do século XX, o caráter incontrolável das corporações (e agora se pode dizê-lo diretamente) foi, aparentemente, contido tanto pela ocupação estatal de atividades econômicas ou sociais potencialmente exploráveis pelas

corporações quanto pela própria tentativa do Estado de domar a sua atuação. Nesse período, que muitos afirmam ser de “capitalismo regulado”, entre o Pós-Guerra e o final da década de 60, parecia mesmo que o Estado seria capaz de domar o grande capital representado pelas corporações, e, se isso não estava acontecendo concretamente, era por mero equívoco administrativo do Estado, que podia ser corrigido por uma reforma bem orientada.

Como se sabe, o recurso ao Estado como forma de conter os principais problemas da dinâmica capitalista (as crises e as mazelas sociais) foi um resultado da conjuntura trágica que marcou a história mundial desde os últimos anos do século XIX até a quarta década do século XX. Além de duas crises de longa duração (entre 1873 e 1896 e entre 1929 e 1939), as duas grandes guerras mundiais e o sucesso da Revolução Russa de 1917 abalaram os valores, crenças e estruturas sociais do século XIX de forma particularmente intensa e perceptível, a ponto de torná-los todos uma lembrança ameaçadora e indesejável por cerca de 50 anos. Não seria possível recuperar aqui, por questões de espaço, os termos desse momento de inflexão, de forma que as atenções serão concentradas em seu desdobramento mais evidente: precisamente a constituição de uma realidade sistêmica na qual o Estado desempenhava um papel inteiramente distinto do que possuía anteriormente (e viria possuir após 1980).

A redefinição do papel do Estado tinha por base aquilo que Bihl (1998) denominou “compromisso” social-democrata: um grande acordo (tácito ou não, consciente ou não, pouco importa) entre as classes capitalista e trabalhadora, no qual concessões foram feitas por ambas as partes. O capital — que, vale salientar, se encontrava pressionado pelo avanço do “bloco comunista” e pela recordação da catástrofe de 1929 — foi compelido a admitir conquistas históricas da classe trabalhadora, sob a forma de ganhos salariais e benefícios sociais, para obter uma maior estabilidade econômica e uma melhor previsibilidade da demanda. Com isso, estabeleceu-se uma espécie de desafio ao capital e a seus representantes, que pode ser expresso como se segue: de um lado, o “compromisso” implica que a dominação do trabalho pelo capital não seja absoluta, que a classe dominante “[...] reconheça aos dominados, em certa medida, o direito de negociar as condições de sua dominação”; de outro, “[...] essa dominação só será reconhecida como legítima pelo proletariado à medida que garantir a realização de seus interesses imediatos”. Isso significa que “[...] o compromisso fordista só podia ser renovado enquanto o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental que ele tornava possível fosse viável” (Bihl, 1998, p. 38-39).

Interessa ressaltar que o “compromisso” social-democrata constitui o fundamento político-ideológico em torno do qual se definem o aparato institucional e o conjunto de práticas subjacentes que caracterizam a

tentativa de gerenciamento racional da sociedade capitalista nas, aproximadamente, três décadas que entraram para a história como os “anos dourados” do capitalismo mundial: a administração keynesiana da demanda agregada; as restrições ao livre fluxo internacional de capitais; a participação do Estado como produtor de bens e serviços; a ampliação e a progressividade da carga tributária; a universalização da seguridade social (em seu sentido mais amplo) e da educação básica e superior; o estabelecimento de organizações multilaterais para dirimir conflitos no plano internacional e para financiar o desenvolvimento das nações, etc.

Pode-se afirmar que, pela primeira vez na história (e única até o presente), se conseguiu impor, de forma sistemática e institucionalizada — nos países desenvolvidos do “bloco capitalista” —, o que parecia ser uma estrutura de “regulação consciente” da acumulação de capital que atuasse expressivamente na direção da efetiva “socialização” de uma parcela da riqueza social. Embora se possa questionar o sentido dessa “regulação” — se se tratava de uma regulação do capital pelo Estado ou do Estado pelo capital —, como será feito adiante, o fato é que a administração das condições de reprodução se demonstrou capaz de interferir decisivamente na trajetória da economia capitalista. Essa capacidade está intimamente relacionada ao estabelecimento de anteparos estruturais à manifestação de (ao menos) uma importante tendência da acumulação de capital: a lei geral da acumulação capitalista — isto é, a tendência à piora relativa das condições de vida de um contingente cada vez mais amplo de trabalhadores.

Para dizê-lo de forma mais precisa, a contraposição à livre operação da lei geral da acumulação capitalista decorre do fato de que a estrutura de gerenciamento sistêmico acima referida (sobretudo as políticas keynesianas de administração da demanda e a universalização da cobertura dos benefícios do Estado de Bem-Estar Social) não somente fez escassear o exército industrial de reserva nos países desenvolvidos, como — o que é tão ou mais importante — estabeleceu um piso relativamente alto para a barganha salarial (os cada vez mais amplos benefícios do sistema de seguridade), numa época em que os sindicatos se encontravam fortes o suficiente para traduzir condições favoráveis em ganhos efetivos.

Resultaram daí os contínuos aumentos de salário real, que, ao lado da própria universalização do Welfare State e da provisão pública de serviços essenciais (educação, transportes, energia, etc.), representavam a imposição ao capital de uma estrutura de custos sociais institucionalizados. É fundamental perceber que, por um lado, essa estrutura de custos sociais constitui potencialmente um tremendo incômodo a um sistema produtivo exclusivamente orientado em torno da rentabilidade (lucratividade) das atividades produtivas. Não surpreende, então, que essa “incômoda”

estrutura tenha sido questionada abertamente e com veemência na redefinição do sistema ocorrida a partir da década de 70.

Por outro lado, observou-se uma visível melhora das condições gerais de vida da classe trabalhadora, que — como diversos autores procuram indicar — se configurou como mecanismo eficiente de legitimação do “compromisso” social-democrata descrito há pouco.⁹ Formou-se, assim, uma “atmosfera de bem-estar” perceptível em meados dos anos 60, que aqui se retrata, mais uma vez, com Hobsbawm (1995, p. 262-263):

O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a — era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos — sua inteligente administração macroeconômica. Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido da década de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3%? Só na América do Norte ele ainda não fora eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o “De pé, ó vítimas da fome!” da “*Internationale*” para trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha?

Apesar de reconhecer a condição relativamente confortável de boa parte da classe trabalhadora nos países desenvolvidos do “bloco capitalista”, olhares mais críticos estavam (e continuam a estar) atentos para o fato de que a pletera material e o estilo de vida do centro do sistema não eram e **nem poderiam ser** estendidos à periferia. De fato, embora taxas expressivas de crescimento fossem notadas nos cinco continentes — mesmo em países bastante pobres da África, da América Latina e da Ásia —, a generalização de ganhos de salário real superiores ao aumento de produtividade, a universalização do Estado de Bem-Estar e a provisão de serviços públicos para a maioria da população não se apresentaram, ou apresentaram-se timidamente, em todos os rincões do “bloco capitalista”, exceto na pequena parcela de países usualmente admitidos como desenvolvidos (aproximadamente, um quarto da população do globo). Ainda assim, a *performance* notável destes últimos países na fase do capitalismo “sob rédeas” foi suficiente para alterar profundamente as formas de interpretar e julgar, à época em contraste com o “bloco comunista”, o funcionamento da sociedade capitalista.

Considerando tão somente as distintas formas de manifestação do pensamento conservador, científicas ou não, pode-se afirmar que o

⁹ Ver, sobre o tema, Pochmann (1995, p. 39) e Hobsbawm (1995, p. 277), além do texto de Bihr (1998) supracitado.

desempenho do “mundo desenvolvido”, durante a etapa da acumulação marcada pela vigência do “compromisso” fordista, pelas políticas macroeconômicas de cunho keynesiano e pelo Welfare State, produziu, em geral, dois efeitos bastante nítidos. O primeiro efeito foi a hibernação do liberalismo clássico: que sentido haveria em retomar o discurso do *laissez-faire*, dominante até a crise de 1929, se a gestão planejada da acumulação de capital era, aparentemente, capaz de manter a lucratividade em alta e praticamente eliminar as flutuações sistêmicas indefinidamente? Nesse particular, o fato de que economistas como Friedman e Hayek, após a crise dos anos 70, tenham sido exaltados como pensadores genialmente sensatos, por terem mantido sua fé inabalável nas presumidas virtudes do livre mercado durante todo o período em que a realidade argumentava em contrário, é muitíssimo representativo.

O segundo efeito do desempenho dos países capitalistas desenvolvidos, no quarto de século posterior a 1945, sobre o pensamento conservador foi a renovação, ou talvez se deva dizer reforço, das esperanças no triunfo da sociedade comandada pelo capital sobre todas as outras formas sociais alternativas, existentes ou imagináveis. Mesmo admitindo que a economia de mercado devesse ser socialmente contida, isolada de seus próprios excessos, a consciência conservadora regozijou-se com a possibilidade de apontar a prosperidade dos países capitalistas centrais como ideal de civilização.¹⁰ Nesses países, sede das maiores corporações mundiais, o Estado tinha criado um aparato “regulatório” capaz de limitar e complementar estruturalmente a atuação do grande capital, facultando a aparente universalização da prosperidade provida pelo capital.

Mas o que não era explicitado, e sequer mencionado, nesse registro apologético da nova realidade sistêmica é que as estruturas que representavam diretamente o grande capital, as corporações, se beneficiavam diretamente do “controle” estatal e do provimento de serviços pelo Estado, que, dentre outras coisas, gerava demanda e poupava custos em infraestrutura, tanto nos países mais desenvolvidos do “bloco capitalista” quanto na periferia do sistema. De forma que, observando o período, **talvez seja mais correto concluir que foram as corporações que domaram o Estado, que ampliaram sua intervenção na vida social, necessária para superar as crises e os percalços do capitalismo do final do século XIX e do início do século XX.**

¹⁰ Hobsbawm captura com precisão o sentimento do período: “Que mais, em termos materiais, podia a humanidade querer, a não ser estender os benefícios já desfrutados pelos povos favorecidos de alguns países aos infelizes habitantes de outras partes do mundo, reconhecidamente ainda a maioria da humanidade, que não havia entrado no ‘desenvolvimento’ e na ‘modernização’?” (Hobsbawm, 1995, p. 262-263). Sobre a apresentação do capitalismo como ideal civilizatório, ver Rostow (1974).

É bem verdade que, como se disse, em alguns domínios e episódios particulares, o recurso ao Estado abriu a oportunidade para que a classe trabalhadora impusesse ao capital um leque de direitos historicamente reivindicados. Mas isso não modifica o fato de que as corporações tenham se beneficiado, e muito, com a “regulação” estatal que marcou os assim chamados “anos dourados” do capitalismo. Tanto é assim que, no momento em que o recurso ao Estado se tornou mais um estorvo do que um meio necessário para a expansão da acumulação, o arranjo social construído em cerca de meio século foi rapidamente eliminado.

A conjuntura mundial iniciada no final da década de 60 constituiu-se na ruptura que facultou a guinada histórica no sentido reverso. Como amplamente conhecido, a economia capitalista mergulhou na primeira grande crise do Pós-Guerra, e, da crise, sobreveio uma fortíssima reação do capital no sentido da extinção de todos os direitos sociais previamente conquistados. Não se pode, ademais, esquecer que a crise coincidiu com uma nova transformação da base técnica (a “revolução” da eletrônica), que restaurou rapidamente a possibilidade de expansão da acumulação primordialmente pelo aumento da produtividade: em poucos anos, percebeu-se que as filas de desempregados (que os países desenvolvidos se haviam desacostumado a observar) não iriam desaparecer pela simples “retomada do crescimento”.

As consequências desse novo período de crise sistêmica, aumento da produtividade e corte de custos podem ser encontradas nas intermináveis estatísticas que demonstram a existência de desemprego (estrutural) em massa, rebaixamento **nominal** de salários, precarização do trabalho, eliminação de conquistas sociais, etc. Uma vez mais, portanto, o próprio sistema tratou de impor, com a lei de ferro de que falava Marx, suas tendências imanentes: em destaque aqui a reprodução ampliada do capital e a lei geral da acumulação capitalista. Como essas tendências, tomadas em conjunto, implicam a piora relativa das condições de vida da maioria esmagadora da população e a concentração de riqueza sob a forma de uma objetividade social “antissocial” (o capital, hoje diretamente representado pelas grandes corporações), pode-se interpretar a fase atual do capitalismo como uma demonstração do fracasso da tentativa de consertar e administrar racionalmente o que não pode ser administrado e muito menos consertado. A próxima seção, a última deste artigo, é dedicada à análise do papel das corporações nesse período no qual sua dinâmica de operação pôde, mais uma vez, dispensar a “regulação” do Estado.

A sociedade sob o jugo de um novo Leviatã

Desde a década de 80, deparamo-nos abertamente com o caráter incontrolável de corporações que parecem ser cada vez mais poderosas e onipresentes, algumas com porte suficiente para arrasar a economia de uma cidade, região e/ou país, por mais prósperos que sejam.¹¹ Como os resultados da ação irrestrita dessas imensas unidades financeiro-produtivas demonstraram-se, de fato, catastróficos, não surpreende que o desejo de estabelecer limites à sua atividade se tornou um problema abertamente debatido não apenas por Estados e ONGs, mas pelas próprias corporações: por seus proprietários e acionistas e pelos muito bem pagos executivos no comando das empresas (CEOs). Esse debate, hoje amplamente difundido pela mídia, especializada ou não, é acolhido sob a designação “responsabilidade social corporativa”.

Há em curso diversas iniciativas para autorregulamentar o escopo da atuação corporativa, usualmente patrocinadas pelas próprias corporações (sem a dispensa do patrocínio generoso de Estados e organizações internacionais, é claro) e executadas a quatro mãos com ONGs. É à sistematização, teórica ou meramente pragmática, desse movimento que os termos responsabilidade social, sustentabilidade, ética empresarial, dentre outros, usualmente se referem. Uma dessas iniciativas, lançada, em 1997, por uma ONG e pela ONU e rapidamente consagrada, é a Global Reporting Initiative, ou, simplesmente, GRI (2002).¹² Embora se diga uma iniciativa relacionada tão somente à padronização dos relatórios das atividades corporativas e de seus efeitos socioambientais, a padronização sugerida pela GRI finda por estabelecer um parâmetro para que as empresas mesmas julguem se suas práticas de negócio são ou não “socialmente responsáveis”, convertendo-se também num parâmetro de atuação.

Vale a pena inspecionar brevemente a forma como a GRI concebe a necessidade de autorregulação por parte das empresas. Na versão 2002 das **Diretrizes Para Relatórios de Sustentabilidade**, o manual da GRI para elaboração de “relatórios de sustentabilidade” corporativos, somos informados da seguinte transformação social provocada pela globalização:

A globalização desafia a capacidade das atuais instituições nacionais e internacionais de regular a atividade corporativa. Um exemplo dramático dessa nova preocupação é o interesse recente numa informação relevante e convenção

¹¹ Esse é obviamente o caso da Microsoft, da Nike, da GM, da Petrobras, da Nestlé, do Wal-Mart, da Monsanto, etc.

¹² Teoricamente, a GRI não seria voltada exclusivamente para grandes corporações, mas também para Estados e ONGs. Pelo conjunto de diretrizes de relato sugerido, contudo, fica claro o foco nas instituições com maior potencial danoso, precisamente as corporações internacionais.

internacional que regulamente a responsabilidade corporativa. A economia mundial sem fronteiras exige estruturas de regulamentação igualmente sem fronteiras, que possam direcionar a atividade privada para resultados que permitam avaliações de benefícios nas áreas econômica, social e ambiental. Os novos modelos de governança internacional em áreas como emissão de gases causadores do efeito estufa, gestão de florestas e de pesca, exaustão do ozônio, práticas trabalhistas e padrões de contabilidade financeira são exemplos de uma nova geração de iniciativas que combinam governança com os desafios de um mundo cada vez mais complexo e interligado (GRI, 2002, p. 1-2, grifos nossos).

O fato de que a regulamentação da atividade corporativa em áreas tão distintas como a contabilidade financeira, as práticas trabalhistas e a emissão de gases causadores de efeito estufa seja encarada como um ato voluntário ou, no máximo, como resultado de um acordo entre empresas é justificado, portanto, pela dificuldade de “instituições nacionais” (leia-se Estados) e “internacionais” (leia-se organizações internacionais, como a ONU) em “regular a atividade corporativa”. Assim sendo, quando a GRI afirma que as empresas “[...] têm sido pressionadas a estabelecer níveis elevados de governança interna”, a pressão a que se refere não poderia senão ser primordialmente interna ou exercida pelo próprio mercado. Seguindo o texto do documento:

Na medida em que se torna evidente a influência das corporações nas mudanças econômicas, ambientais e sociais, os investidores e demais partes interessadas passam a exigir os mais elevados padrões éticos, de transparência e de responsabilidade por parte de executivos e administradores. A expectativa é de que os sistemas de governança atendam não somente aos anseios dos investidores, mas também às preocupações das múltiplas partes interessadas.¹³ A independência dos membros de conselhos, a participação de executivos em sociedades externas, os esquemas de incentivo e de remuneração e a integridade dos auditores estão sujeitos a uma fiscalização crescente (GRI, 2002, p. 2).

Embora esse movimento de autocontrole (e autoconstrução) seja relativamente recente, a prática das corporações tem demonstrado nitidamente que essas organizações também não podem ser contidas sequer pelos administradores ou pelos seus donos, estejam eles com as melhores das intenções ou simplesmente em busca de uma bem-vinda publicidade. Para constatá-lo, basta analisar, com um pingão de atenção e sinceridade, o cenário socioambiental conformado nos últimos anos.

¹³ O termo insípido “partes interessadas” refere-se a todos aqueles que afetam ou são afetados pela atuação de uma determinada empresa. Incluem desde consumidores, governo e comunidades circunvizinhas às unidades produtivas até trabalhadores e acionistas!

Destacam-se, ao lado dos fantásticos lucros das corporações, o desemprego, a degradação ambiental, a precarização do trabalho, as guerras, dentre outros eventos e episódios desalentadores, como os descritos minuciosamente por Kevin Bales (1999) em seu livro **Disposable People: new slavery in the new global economy**.

Sem meias palavras, Bales indica a atuação das grandes corporações como um dos fatores que explicam a emergência e o crescimento da escravidão em suas novas formas. Em seus termos: “[...] grandes corporações internacionais, atuando por intermédio de suas subsidiárias no mundo em desenvolvimento, tiram partido do trabalho escravo para aprimorar sua linha de produção e incrementar os dividendos de seus acionistas” (Bales, 1999, p. 9, tradução nossa). Para os que não compreendem exatamente o sentido da palavra “escravidão”, o autor dá-se ao trabalho de recordar que se trata de um crime “com milhões de vítimas, mas pouquíssimos criminosos identificáveis” (Bales, 1999, p. 237, tradução nossa). A dificuldade de identificar esses criminosos relaciona-se ao fato de o crime ser cometido à distância, de maneira indireta e convenientemente dissimulada. A rigor, os criminosos, revela Bales, são “‘respeitáveis’ homens de negócio”, que, “[...] pelos encadeamentos das redes de contratação e subcontratação, facultam aos investidores locais excelentes retornos nos negócios, sem conhecer exatamente a maneira como o dinheiro é produzido” (Bales, 1999, p. 237, tradução nossa).

Exemplos como esse comprovam que, apesar da coqueluche a respeito da “responsabilidade social”, da “sustentabilidade”, da “governança ética”, etc., não há quem consiga impor às corporações um novo padrão geral de atuação, razão pela qual muitos críticos, “radicais” ou não, vêm qualificando a “responsabilidade social” corporativa ora como uma contradição em termos, ora como mais uma prática gerencial cujo propósito é o mesmo de qualquer outra: auferir lucros. Para Paulo Eduardo Arantes, trata-se das duas coisas, isto é, de uma contradição em termos que presta serviço a uma prática gerencial cujo propósito é auferir lucros. Nos termos do autor,

[...] as grandes empresas estão passando, nos últimos tempos, por uma espécie de surto esquizofrênico, pois agem, mas sobretudo falam, dando a entender que no fundo são organizações sem fins lucrativos, que aspiram de todo coração à “zona sideral da total abnegação”. [...] Não se tem notícia porém de que altos executivos estejam rasgando dinheiro e tomando água quente. Está claro então que se trata de um sintoma esquizóide benigno. Mas não apenas no sentido filistino de estimular a abertura de institutos que desinteressadamente vendam programas de comportamento ético às “classes produtoras”. Até porque as grandes corporações [...] dispõem [...] de departamentos de pesquisa e desenvolvimento, digamos, de valores da cidadania e produtos

conexos, enfim parâmetros para medir o valor social de uma firma, cotados em bolsas intangíveis, como, por exemplo, o “seguro-reputação” (Arantes, 2004, p. 173-174).

Não escapa a Arantes o fato de que as mesmas corporações que criam o estado de mal-estar mundial são aquelas que comparecem, como se nada tivessem a ver com o problema, para socorrer os desvalidos por intermédio dos lucrativos — perguntem às ONGs executoras — “projetos sociais”. Afinal de contas, “[...] espera-se que a corrida implacável ao corte de custos e pessoal seja conduzida com a unção de almas sideradas pelo bem comum” (Arantes, 2004, p. 175). Seguindo com o argumento do autor, a surreal idéia de uma empresa que não visa ao lucro, mas se interessa somente pela “sustentabilidade”, pela “cidadania”, pela “concertação” e tudo mais, só é possível hoje por conta da crise da alternativa representada pelo socialismo. Em suas palavras:

[...] a saída de cena do socialismo tornou evidente [...] que ele não era apenas um “modelo” equivocado ou irrealista — como se a loucura privatista fosse a encarnação mesma do realismo —, mas também [citando Robert Kurz] uma “espécie de filtro moral sem o qual a civilização moderna releva-se totalmente incapaz de existir; privada desse filtro, a economia de mercado sufoca em sua própria imundície” (Arantes, 2004, p. 175-176).

Num diapasão igualmente crítico das práticas de “responsabilidade social corporativa”, mas em pelo menos uma escala abaixo do tom empregado por Arantes (próximo da sonoridade da crítica de Noreena Hertz, citada nas primeiras seções), está o social-democrata Gilberto Dupas, sempre preocupado com a reconstrução do Estado, para dar conta da nova realidade sistêmica, a “globalização”.¹⁴ No registro do autor, o acirramento da concorrência entre corporações transnacionais no plano global minou a “capacidade regulatória” dos Estados nacionais, tornando-os absolutamente incapazes de impedir a total predação do meio ambiente e dos seres humanos pelo capital. O conseqüente recuo do Estado de sua função de provedor do bem-estar social teria criado um “mercado” de solidariedade e bem-estar hoje encampado pela parceria entre empresas e ONGs, sob incentivo e patrocínio do próprio Estado. Como diz Dupas (2005, p. 75):

¹⁴ Dupas pode ser classificado como um crítico da “nova ordem global”, da configuração recente do capitalismo, mas não do capitalismo em si. Sua preocupação fundamental, do ponto de vista da prática social, é a reconstrução do Estado, para que esse dê conta da regulação do capital, num momento em que o capital se apresenta com força total e capaz de se opor à antiga regulação estatal (delineada para ambientes domésticos). Como se pode perceber, trata-se de uma visão exatamente inversa da que vem sendo exposta no presente artigo (Dupas, 1999, p. 113).

O recuo das políticas públicas e a admissão de esgotamento dos Estados nacionais em sua missão de mediar, pelo exercício da política, as crescentes tensões sociais, fruto dos efeitos negativos do capitalismo global, levaram as grandes corporações — por sua vez — a descobrirem um novo espaço que está rendendo altos dividendos de imagem pública e social: o desejo dos governos [sic.] de empurrar para o âmbito privado as responsabilidades e os destinos da desigualdade.

Fica claro, portanto, que, também para Dupas, o sentido geral da responsabilidade social corporativa é “[...] promover a imagem da empresa, agregando valor a sua marca”. Como os Estados encontram-se tão enfraquecidos que eles mesmos passaram a incentivar as empresas a proverem os assim chamados bens públicos e serviços essenciais, não haveria como impedir que as corporações estivessem hoje definindo, por si mesmas, os padrões de atuação corporativa em escala mundial. A consequência é que, sem que nenhum CEO ou executivo ocupado pela “responsabilidade social” tenha sido investido em mandato público, são eles que definem o quanto poluir e desmatar, o quanto e como pagar à força de trabalho, as condições de trabalho, etc. O viés nitidamente autoritário dessa nova forma de “regulação” sistêmica, diretamente subordinada à acumulação de capital, posto que diretamente controlada pelo grande capital, é assim exposto por Dupas (2005, p. 78):

A responsabilidade social das empresas é despolitizadora da questão social, pois parte da desqualificação do poder público e, portanto, desconhece a possibilidade aberta pelo conflito interno no terreno das próprias políticas públicas visando criar compromisso e qualidade diante dos cidadãos.

A despeito do poder efetivo (e autoritário) das corporações, são, de fato, poucos os que consideram, fora do bem-remunerado circuito da “responsabilidade social”, que as empresas estão realmente interessadas em exercê-los sob a forma de uma estreita autorregulação. Afinal de contas, se nem o Estado, no período em que — num exercício de fantástico desprendimento abstrativo — muitos o imaginavam poderoso o suficiente para “regular” o capital, conseguiu impor-lhe uma “regulação” que operasse de modo “socialmente responsável”, a não ser em países desenvolvidos selecionados, por que deveríamos esperar que o grande capital, agora “autorregulado”, pudesse ou quisesse fazê-lo?

A rigor, como as corporações não são sujeitos conscientes — até que se prove o contrário —, não fica claro sequer quem seria responsável pela “ação social”. Percebam, a partir daí, a contradição da própria noção de “responsabilidade social” verbalizada por 10 entre 10 administradores profissionais a serviço das corporações: tal noção traz implícita a idéia de que as ações corporativas são comandadas por um sujeito consciente e que esse sujeito tem sido, no geral, irresponsável! Deixando de lado a confusão

semântica, o fato é que esse entendimento truncado da realidade social veicula a seguinte leitura do funcionamento da “economia global”: persiste um padrão de acumulação “socialmente irresponsável”, que, como padrão de acumulação, não tem exatamente sujeito; para dar conta dessa “irresponsabilidade social”, conclamam-se como sujeitos as corporações (que, em si, para repetir, não são sujeitos) a serem socialmente responsáveis.

Qualquer semelhança com a descrição de Hobbes, que se reproduziu, em parte, na epígrafe do artigo, do Estado como o Leviatã — uma instância social emergida de um contrato entre os homens para conter, se necessário à força, a perversidade da natureza humana — não é mera coincidência. Estamos diante, de fato, do Leviatã da sociedade atual: as corporações.

Conclusão

Partindo do que foi exposto na última seção, essas breves notas conclusivas podem iniciar com a seguinte interrogação: de onde provém nossa impotência com relação a essas organizações? Por que sequer os seus acionistas, “socialmente responsáveis”, “ecologicamente corretos”, conseguem restringir a ação de suas criações?

Para compreender esse problema, é preciso levar a sério a afirmação de Marx, poucas vezes enfatizada nas releituras de sua obra, de que o capital é uma relação social e não algo de posse de determinadas pessoas. Afinal de contas, se capital fosse simplesmente algo de posse de um dono específico, caberia a ele dar o rumo que quisesse à coisa, impedi-la de causar danos irrecuperáveis às pessoas e ao meio ambiente. Caberia cobrar diretamente desse dono o resultado da atuação de sua propriedade. Mas o capital é muito mais do que coisa: é uma forma historicamente determinada de produzir a riqueza social. **E a característica mesma dessa forma historicamente determinada é que ela não possui nenhuma outra finalidade senão a própria acumulação.** Enfim, o capital é o modo de produção organizado estruturalmente de uma maneira tal que a riqueza tende a e tem de necessariamente crescer. Ou seja, uma produção dotada de um dispositivo imanente de ampliação contínua da riqueza.

O caráter coercitivo desse modo de produção pode ser observado em sua gênese, que é concomitante à expansão da atividade mercantil no final do século XIV. Como se sabe, o capital surge nas protoformas financeira e comercial, antes mesmo de descer ao domínio da produção para submetê-la inteiramente. Não se teria tempo aqui para enriquecer a exposição da segunda seção deste artigo, recompondo lógica ou historicamente o longo processo de gênese do capitalismo, que foi classicamente descrito pelo próprio Marx em **O Capital** e em outros textos. Mas talvez baste observar

que o fato de que a dinâmica incontrolável de autoexpansão contínua do capital tenha sido desencadeada antes mesmo da emergência histórica da produção capitalista indica que o capital de fato subordinou a produção. **Isso significa, em síntese, que foi essa relação social, o capital, que subordinou a vontade dos produtores e não os produtores privados que, por um ato de vontade, se tornaram capitalistas.**

A mola-mestra dinâmica desse processo de colonização da produção pelo capital é a relação de concorrência. É ela, ainda hoje, que subordina CEOs e empresários do mundo inteiro, tornando-os, na prática, cúmplices de verdadeiras monstruosidades, que eles, possivelmente, não confessariam em casa, na hora do jantar.

É, portanto, a organização da sociedade a partir da estrutura mercantil que dá origem ao verdadeiro Leviatã do mundo atual. Isso, naturalmente, não isenta os capitalistas e seus prepostos da participação na produção da verdadeira tragédia social e ecológica com que nos deparamos diariamente por, ao menos, dois motivos. Em primeiro lugar, porque são esses sujeitos que se beneficiam diretamente do sofrimento alheio; o capital é, como dito, uma relação social, mas uma relação social na qual a riqueza expropriada de uns aparece em mãos de outros. Segundo e mais importante, porque identificar publicamente os beneficiários da tragédia social contemporânea pode ser muito útil para um eventual teste de humanidade numa situação-limite. São muitos os CEOs e capitalistas que fazem questão de manifestar publicamente suas preocupações sociais e ecológicas. Seria, então, de perguntar-lhes, numa situação-limite: vocês aceitariam abrir mão, todos, sem guerras, sem sangue, de seu comando sobre as condições produtivas em favor do futuro da humanidade, das gerações presentes e futuras?

Referências

ARANTES, P. E. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.

ARRIGHI, G. O. **Longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALES, K. **Disposable people: new slavery in the global economy**. Los Angeles: Univ. California, 1999.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

CALLINICOS, A. **An anti-capitalist manifesto**. Malden: Blackwell, 2003.

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 237-262, 2003.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

EHRENREICH, B. **Nickel and Dimed**: on (not) getting by in America. New York: Metropolitan Books, 2001.

FORBES. Disponível em: <<http://www.forbes.com>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE — GRI. **Diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI)**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

HERTZ, N. **The silent takeover**: global capitalism and the death of democracy. Londres: Arrow, 2002.

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções — 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios — 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve Século XX — 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K. Critical notes on the article: the king of Prussia and social reform. In: MARX, K. **Early political writings**. Cambridge: Cambridge Univ., 1994.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOORE, M. **Stupid white man**: uma nação de idiotas. São Paulo: Francis, 2003.

ORTEGA, B. **In sam we trust**: the untold story of Sam Walton and Wal-Mart, the world's most powerful retailer. Londres: Kogan Page, 1999.

PALAST, G. **A melhor democracia que o dinheiro pode comprar**. São Paulo: Francis, 2004.

POCHMANN, M. **Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança**. São Paulo: LTr., 1995.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.